

Luta pela terra e as confluências geográficas entre cidade e campo em Presidente Prudente (SP-BR)*

Lucha por la tierra y las confluencias geográficas entre ciudad y campo en Presidente Prudente (SP-BR)

The Struggle for Land and the Geographic Convergences between City and Countryside in Presidente Prudente (SP-BR)

João Vitor Ramos Silva**

Antonio Thomaz Junior***

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo - Brasil

Resumo

Se a fronteira, na Geografia, por muito tempo conceituou-se como “separação”, este texto pretende entendê-la como espaço de “confluências”. Analisando o processo de luta pela terra no Pontal do Paranapanema (região oeste do estado de São Paulo, Brasil), mais especificamente o fluxo de trabalhadores da cidade de Presidente Prudente (SP) em direção aos acampamentos da região, conclui-se que a separação não explica a coesão social existente entre esses dois espaços (cidade e campo). A metodologia utilizada mesclou a coleta de dados quantitativos com a realização de trabalhos de campo aos bairros estudados e aos acampamentos, com o uso de entrevistas semiestruturadas.

Palavras-chave: luta pela terra, Presidente Prudente (SP), relação cidade-campo, soberania alimentar, trabalho.

Resumen

Si la frontera, en la Geografía, por mucho tiempo se conceptuó como “aislamiento”, este texto pretende comprenderla como espacio de “confluencias”. Analizando el proceso de lucha por la tierra en Pontal do Paranapanema (región oeste del estado de São Paulo, Brasil), más específicamente el flujo de trabajadores de la ciudad de Presidente Prudente (SP) hacia los acampamientos de la región, se concluye que la separación no explica la cohesión social existente entre estos dos espacios (ciudad y campo). La metodología utilizada unió la recolección de datos cuantitativos con la realización de trabajos de campo a los barrios investigados y a los acampamientos, con el uso de entrevistas semiestruturadas.

Palabras clave: lucha por la tierra, Presidente Prudente (SP), relación ciudad-campo, soberanía alimentaria, trabajo.

Abstract

Although for a long time geography considered the notion of frontier to imply “isolation”, this text suggests that it be understood as a space of “convergences”. After analyzing the process of struggles for land in Pontal do Paranapanema (western region of the state of São Paulo, Brazil), specifically the flow of workers from the city of Presidente Prudente (SP) to the settlements in the region, it is possible to conclude that separation does not explain the social cohesion that exists between those two spaces (city and countryside). The methodology used combined gathering of quantitative data with fieldwork in the researched neighborhoods and settlements, using semi-structured interviews.

Keywords: struggle for land, Presidente Prudente (SP), city-countryside relationship, food sovereignty, work.

RECEBIDO: 24 DE MAIO DE 2013. ACEITO: 8 DE AGOSTO DE 2013.

Artigo de pesquisa sobre as contribuições das abordagens em torno da dicotomia cidade-campo, tão presente na ciência geográfica. Para tanto, adota-se uma compreensão de fronteira como contato, não como separação entre os dois espaços (cidade e campo), catalisado pelas lutas cotidianas dos trabalhadores.

* Artigo derivado de pesquisa realizada de 01/02/2011 a 31/01/2012, em nível de iniciação científica, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), intitulada “Significados da Reforma Agrária em Bairros Periféricos de Presidente Prudente (SP): uma tentativa de diálogo entre a Luta pela Terra e a Soberania Alimentar”, Processo n.º 2010/18856-0. A pesquisa buscou identificar as principais motivações de moradores da periferia pobre da cidade de Presidente Prudente (SP) para aderirem à luta pela terra, inserindo as bandeiras da reforma agrária e da soberania alimentar, encampadas pelos movimentos sociais, no contexto da relação cidade-campo.

** Endereço postal: Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional - Pres. Prudente (SP), Brasil.
Correio eletrônico: joaopontogeo@gmail.com

*** Correio eletrônico: thomazjrgeo@fct.unesp.br

Introdução

A temática da luta pela terra ou, de forma mais ampliada, da questão agrária no Brasil não pode ser situada por fora do processo de urbanização. É sabido que o século XX representou um aumento gradual no percentual da população que vive nas cidades, sendo que o ponto de inflexão —quando a população urbana já era maior que a rural— fixou-se na década de 1960.

Longe de ter sido um processo pacífico e harmonioso, como as análises estatísticas oficiais deixam transparecer, tratou-se da intensificação da hegemonia do latifúndio no país, encimado na grilagem de terras e na vinculação da elite oligárquica brasileira com o próprio Estado, principalmente através de seu aparelhamento jurídico.

Por essa via, as pequenas propriedades fundiárias, sob posse secular de posseiros, meeiros e camponeses em geral, viram-se “sugadas” pelos milhares de hectares de terra a fio representados pelo latifúndio e seu modelo de desenvolvimento agrário ocioso. O resultado foi a expulsão de contingentes expressivos de camponeses para as cidades (êxodo rural), com a consequente proletarianização desses sujeitos —seja no próprio meio urbano, seja no meio rural, como os chamados “boias-frias”— e o extrapolamento da capacidade infraestrutural das cidades para receber tamanha quantidade de pessoas, o que significou problemas de saneamento básico, emprego, moradia etc.

Obviamente, esse processo não se deu com a inércia dos trabalhadores do campo e da cidade. A constituição de centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, e de movimentos sociais do campo, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra — doravante MST, em 1984, representaram marcos importantes da organização política dos trabalhadores do campo e da cidade no intuito de oferecer resistência ao processo de subordinação dos trabalhadores ao capital latifundiário.

No que diz respeito ao MST, desde sua origem os trabalhadores das cidades tiveram grande protagonismo na composição dos acampamentos, nas ocupações de terras improdutivas, nas marchas etc., e estiveram, pois, na própria origem constitutiva do Movimento (Fernandes e Ramalho 2001).

De sorte que, se tomarmos a história contemporânea brasileira a partir das últimas três décadas, o que se nota é um movimento característico do que seria um “êxodo urbano” —guardadas as devidas proporções se

comparado ao êxodo rural de meados do século XX—, isto é, grandes quantidades de trabalhadores e trabalhadoras da cidade, sejam ex-camponeses, sejam gerações urbanas, que partiram em direção ao campo, à luta pela terra, às manifestações, marchas, ocupações etc.

Nesse movimento pelo espaço, os homens e as mulheres que se deslocam da cidade ao campo (acampamentos de luta pela terra) em busca de uma alternativa de vida, questionam, pela sua própria prática, a dicotomia entre cidade e campo, como se estes fossem espaços dissociados entre si.

A análise desse processo de luta pela terra, pela Reforma Agrária, pela Soberania Alimentar, protagonizado por trabalhadores e trabalhadoras oriundos da cidade de Presidente Prudente (SP), mais especificamente de dois bairros de sua periferia pobre —Jardim Humberto Salvador e Jardim Morada do Sol— constitui nossa base investigativa sobre a qual teceremos nossa crítica à noção de fronteira como separação, distanciamento, em favor de uma abordagem geográfica das confluências entre os diferentes espaços geográficos.

Metodologia

A pesquisa partiu de um enquadramento teórico-metodológico ancorado no conceito de “centralidade do trabalho” (Antunes [1999] 2009; Thomaz Junior 2009). Esse conceito tem sua substância explicativa na compreensão do trabalho enquanto componente ontologicamente vital para o processo histórico de hominização do homem em seu metabolismo com a natureza (Moreira 2004). Contudo, enxergado por dentro do sistema metabólico do capital¹ (Mészáros 2002, 2007), o trabalho abandona seu caráter ontologicamente emancipatório para se tornar historicamente degradante, subordinado, desrealizado.

Por essa via de compreensão, portanto, não se abandona, do ponto de vista teórico, o primeiro sentido do trabalho apontado, uma vez ser este (o trabalho) ainda o elemento motriz de todas as sociedades. É por isso que, ao ser ontologicamente central para o desenvolvimen-

1 Trata-se de uma forma histórica de sociometabolismo que subverte o *trabalho concreto*, enquanto criador de valores de uso, historicamente destinado à satisfação das necessidades vitais aos seres humanos e elemento criativo-libertador, em *trabalho abstrato*, isto é, a mesma força humana posta agora em movimento para garantir a acumulação incessante do capital através de sua reprodução ampliada, traçando uma *lógica ontologicamente incontrolável* (Mészáros 2007).

to pleno da humanidade como caminho emancipatório, é impossível descartar seu potencial teórico-explicativo somente porque, sob a égide da sociedade do capital, ele se torna meio de produção incessante de mercadorias. As teses sobre o fim do trabalho, portanto, não se confirmam, senão apenas anunciam que este —no sistema capitalista transformado em emprego— se encontra moribundo.

Assim, sendo o trabalho inevitavelmente central do ponto de vista ontológico, mas também histórico, apostar no conceito de centralidade do trabalho implica desvendar quem são os homens e as mulheres que, diariamente ao pôr em movimento suas características psicofisiológicas no desempenho de um trabalho, são centrais para a reprodução irracionalmente ampliada do capital. Sendo centrais para a lógica sociometabólica atualmente hegemônica, são centrais também para seu questionamento e para o empreendimento de lutas que desafiem o *status quo* do capital na busca pela construção de uma sociedade emancipada. Em outras palavras, é afirmar que, se o trabalho é central no sentido da dignidade humana, é central para subverter

um sistema de metabolismo social que, em essência, é *desumano*, uma vez que edifica-se sobre prerrogativas nefastas, como a extração de trabalho não pago, a exploração do homem pelo homem, a degradação da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras.

Dessa forma, ao assumir a centralidade do trabalho como conceito-chave para o entendimento do tecido social contemporâneo, faz-se mister, como pressuposto metodológico, ir ao encontro dos homens e mulheres que protagonizam, em seu cotidiano, ações de luta e questionamento aos desmandos do capital e às injustiças sociais.

No caso do Brasil e, mais especificamente, do Pontal do Paranapanema (figura 1), significa voltar a atenção aos sujeitos sociais envolvidos com os movimentos sociais de luta pela terra, uma vez que se trata de uma região historicamente marcada pela grilagem de terras, concentração fundiária, coronelismo, devastação ambiental etc. (Leite [1998] 2008). Ler essa realidade pelo prisma da Geografia é perguntar: onde estão os sujeitos protagonistas dessas lutas? Como se movimentam pelo espaço? Quais suas territorialidades?

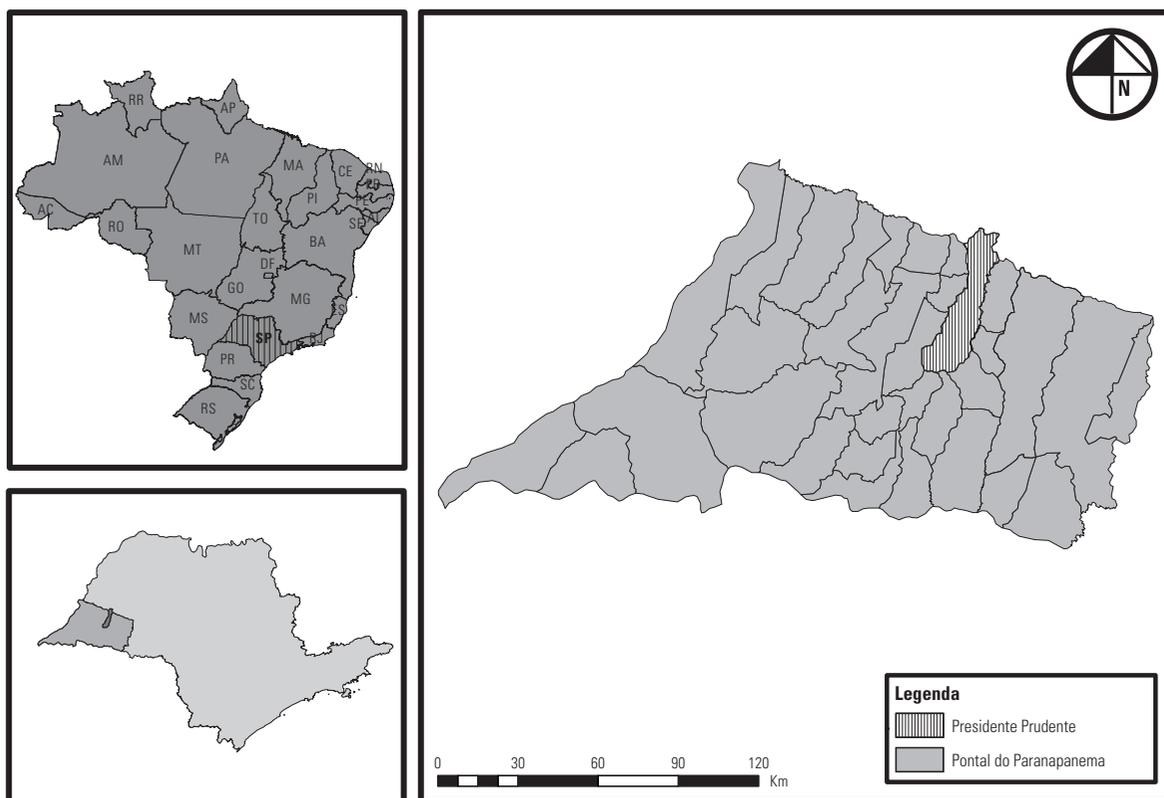


Figura 1. Localização de Presidente Prudente no contexto do Pontal do Paranapanema.

Dados: IBGE 2005.

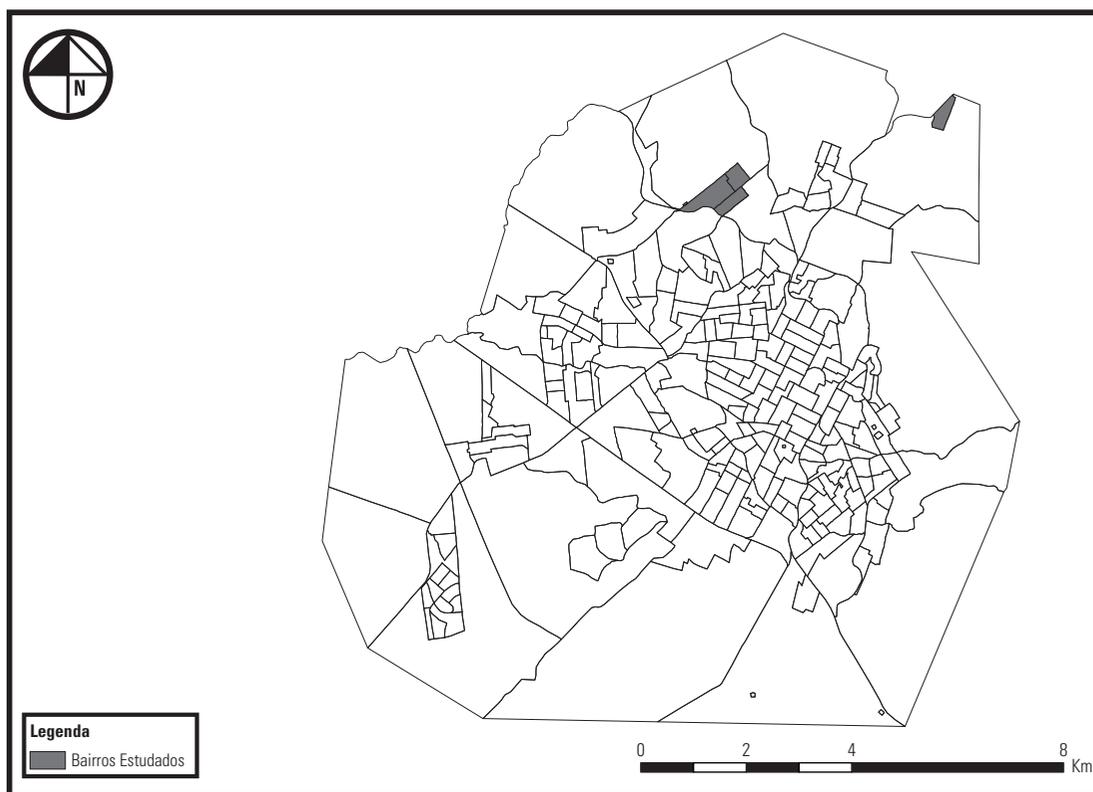


Figura 2. Localização dos bairros pesquisados: Jardim Humberto Salvador (norte) e Jardim Morada do Sol (nordeste).
Dados: IBGE 2010.

Para tanto, realizamos trabalhos de campo tanto aos bairros da cidade de Presidente Prudente (SP), por nós selecionados como recorte territorial de análise — Jardim Morada do Sol e Jardim Humberto Salvador (figura 2)—, quanto aos acampamentos de luta pela terra presentes no Pontal do Paranapanema atualmente —Irmã Goreti e Dorcelina Folador.

A escolha dos bairros foi feita a partir de uma pesquisa prévia sobre os dados de vulnerabilidade social do município de Presidente Prudente (SP), disponibilizados por representante da Secretaria de Assistência Social. Esses bairros (Jardim Morada do Sol e Jardim Humberto Salvador) são classificados como de média e alta exclusão social, bem como oriundos de um processo histórico de constituição, datado do final da década de 1980 e início de 1990, de programas de desfavelamento ocorridos na cidade (Ikuta 2003), por isso acabaram destacando-se como *locus* de trabalhadores e trabalhadoras potencialmente dispostos a se inserir no processo de luta pela terra no Pontal do Paranapanema.

O instrumento metodológico utilizado nos trabalhos de campo foram as entrevistas semiestruturadas,

tanto com os trabalhadores *no*² campo (acampamentos de luta pela terra) quanto com os trabalhadores *na* cidade, o que totalizou nove entrevistas³. Dessa forma, a pesquisa não lidou com uma amostra significativa em relação ao universo de pessoas (moradores dos bairros e acampados), o que não nos autoriza a fazer afirmações generalizadas sobre o objetivo da pesquisa, qual seja, descobrir quais as motivações desses sujeitos para deixarem⁴ a cidade e aderirem à luta pela

2 Aqui é cabível um esclarecimento: optamos pelo uso da expressão “no campo” e não “do campo”, pois, conforme discutido posteriormente, muitas vezes se tratam dos mesmos sujeitos que, ora se localizam espacialmente nos bairros da periferia pobre da cidade de Presidente Prudente (SP), ora se dirigem aos acampamentos, caracterizando o que denominamos em outra oportunidade de *territorialidades difusas* (Silva 2012).

3 Além das entrevistas com os trabalhadores e trabalhadoras, realizamos mais uma entrevista com o Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), representante da Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS).

4 “Deixarem” não representa o termo mais preciso, pois, como veremos, os sujeitos pesquisados permanecem na cidade,

Tabela 1. Conflitos no campo - Brasil (2010 e 2011) (janeiro-setembro).

Conflitos de terra	2010		2011	
	Ocorrências	Pessoas	Ocorrências	Pessoas
Ocorrências de conflito	349	145.725	275	145.320
Ocupações	159	73.835	144	89.815
Acampamentos	27	14.590	20	10.285
Conflitos trabalhistas	Ocorrências	Pessoas	Ocorrências	Pessoas
Trabalho Escravo	177	3.854	218	3.882
Conflitos pela água	Ocorrências	Pessoas	Ocorrências	Pessoas
	65	160.165	29	93.310
Total conflitos no campo	777	398.169	686	342.612

Dados: CPT 2011.

terra. No entanto, o princípio metodológico de dar voz aos sujeitos protagonistas das lutas sociais, pela via das disputas territoriais e a partir das entrevistas, permite que lancemos mão de análises em profundidade dos discursos, conforme preconizam as metodologias qualitativas.

Por fim, cabe ressaltar, que, do ponto de vista metodológico, chegar até os sujeitos sociais pretendidos nesta pesquisa não constituiu tarefa fácil, uma vez que as informações sobre sua localização, ou envolvimento político, ou ainda sobre seu movimento cotidiano pelo espaço não se encontram disponíveis em nenhum banco de dados, o que nos exigiu uma postura proativa, enquanto pesquisadores, no sentido de buscarmos nossa inserção nos contextos dos bairros estudados e, na vivência e no diálogo com os moradores, chegar até os trabalhadores e trabalhadoras pretendidos, isto é, aqueles e aquelas que, de alguma forma, já vivenciaram/vivenciam experiências de participação no processo de luta pela terra no Pontal do Paranapanema. Um processo metodológico, portanto, de *descortinamento* desses sujeitos sociais.

Resultados

A título de afirmação inicial fica a certeza de que esse recorte temático — e também seus conteúdos territoriais

mesmo se envolvendo nas lutas do campo, o que se constituirá como argumento central para nossa tentativa de desconstrução do sentido de separação do conceito de fronteira, na Geografia.

vinculados às relações cidade-campo, capital-trabalho, produção-reprodução, no âmbito da questão agrária brasileira — ainda merece muita atenção por parte de futuras pesquisas, uma vez que ainda carece de uma maior reflexão teórico-metodológica e de contribuições que tenham rebatimentos na prática de pesquisa e nas ações voltadas ao próprio território.

Na sociedade urbanizada desse início do século XXI, não há mais como pensar a questão agrária brasileira por fora do espaço urbano e todos os seus componentes territoriais que estão em plena relação com as relações socioterritoriais presentes no campo, do mesmo modo que o inverso é verdadeiro, isto é, não há como conceber o espaço urbano alheio às dinâmicas rurais, a começar pela questão da alimentação.

Quando crescemos à discussão o elemento trabalho, aí então começamos a entender que as relações sociais de produção e reprodução no âmbito do espaço urbano, principalmente nas regiões periféricas da cidade (em nosso caso Presidente Prudente), acabam relacionando-se com a busca por uma alternativa no bojo da luta pela terra no Pontal do Paranapanema. A análise do mapa de exclusão/inclusão social de Presidente Prudente, juntamente com a apreciação de alguns trabalhos científicos, permitiu comparar os bairros mais excluídos socialmente — sendo que uma das variáveis é justamente o nível de desemprego — com os que apresentaram historicamente os principais índices de adesão à luta pela terra no Pontal.

A urbanização generalizada da sociedade é um processo em curso e inegável, que alcança no Brasil

aproximadamente 84%; em Presidente Prudente representa um número ainda maior, 98%⁵. Por outro lado, a questão agrária brasileira, que envolve a histórica configuração de concentração fundiária, grilagem de terras, violência no campo, exploração do trabalho, trabalho escravo etc., ainda continua viva. A tabela 1 apresenta dados da Comissão Pastoral da Terra — doravante CPT, sobre o cenário de conflitos no campo em 2011, comparados aos de 2010.

Como se pode ver, não obstante algumas quedas nas variáveis estabelecidas pela CPT para os conflitos no campo, estes ainda se mostram marcadamente presentes, quiçá recrudescidos. Como ressaltado na divulgação da síntese dos conflitos no campo pela CPT

[...] os números relativos a janeiro a setembro de 2011, indicam uma redução geral de conflitos - redução de 777, em 2010, para 686, em 2011, -12%. Mas a queda não esconde que a violência mantém-se e firme. Faz parte da estrutura agrária do país. (CPT 2011)

Contudo, esses dois processos socioespaciais que historicamente se apresentam no país não se anulam, isto é, a urbanização brasileira traz também como um dos seus aspectos a urbanização do campo, caracterizada principalmente pela instalação da indústria nesse espaço. No entanto, dialeticamente, ao mesmo tempo em que os espaços rurais se constituem como alvo da apropriação mercadológica por diversos ramos industriais, tal industrialização encontra também o fundamento de sua existência exatamente nas exigências tecnológicas postas pelo capital agropecuário em desenvolvimento no Brasil, de forma intensificada a partir da década de 1970, materializado em grandes corporações transnacionais; tais empresas, nesse início de século XXI, ganham status de agro-químico-alimentar-financeiras⁶, em um contexto de imbricamento generalizado do capital. Processo esse que já se anuncia há alguns anos como é possível identificar na afirmação de Santos:

Falar, hoje, de um capital fundiário distinto do capital mercantil, do capital industrial, ou do capital bancário (aos quais deveríamos juntar o capital tecnológico) pode

incorrer na pecha de exagero [...] hoje é praticamente impossível desconhecer a unicidade do capital sob as diversas denominações que ele toma, segundo o seu uso. A capitalização generalizada da economia, privilegiando o papel centralizador dos bancos, fazem com que essas diversas denominações sejam unicamente funcionais. (Santos 1988, 41)

Ao mesmo tempo, nos últimos anos, vem ganhando força a constituição das chamadas cidades do agro-negócio (Elias e Pequeno 2005), que são caracterizadas por um movimento e uma lógica inversa à ideia de urbanização com sentido de subordinação do espaço rural ao espaço urbano. Nessas cidades, o que predomina é justamente a determinação de sua estrutura urbana, bem como de seus serviços ofertados, atividade imobiliária, relações políticas etc., pela dinâmica do agronegócio que aí se instala. Elias e Pequeno exemplificam essa categoria espacial com algumas cidades do nordeste brasileiro, como Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, entre outras.

Ao se territorializar, o agrohídronegócio, via de regra, desterritorializa camponeses e força-os a se reterritorializarem alhures, seja em outras regiões do país, seja por meio do êxodo rural, historicamente marcante no Brasil, principalmente a partir de meados do século XX.

A migração de trabalhadores rurais para as cidades, em sua maioria para a periferia, traz consigo uma série de problemas relacionados à infraestrutura urbana (moradia, saneamento básico, luz elétrica etc.) capaz ou não de suportar o incremento populacional ocasionado pela vinda desses trabalhadores para o meio urbano, como também com relação à oferta de empregos para suprir a demanda. Essas duas variáveis (infraestrutura urbana e emprego) podem ser consideradas interdeterminantes, uma vez que normalmente há uma coincidência entre os sujeitos que sofrem com a instabilidade empregatícia e os que vivem, por exemplo, em condições precárias de moradia.

No caso de Presidente Prudente (SP), essa coincidência, ou superposição de variáveis relacionadas ao viver/morar e o trabalhar, é verificada por Ikuta (2003), ao ressaltar que os bairros que apresentavam índices de precariedade elevados no que toca à moradia, eram essencialmente os mesmos que apresentavam traços de desemprego, subemprego, trabalho temporário, em tempo parcial etc.; dentre eles vale destacar o Jardim Morada do Sol, um dos bairros que requereram nossa atenção na pesquisa.

5 Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponíveis nas seções “cidades” e “países”.

6 Thomaz Junior (2008) trabalha com esse termo para designar a presença dessas empresas em praticamente toda a cadeia produtiva de um dado ramo produtivo, desde a produção de sementes, passando pelo processamento industrial, circulação, até a especulação de preços no mercado financeiro.

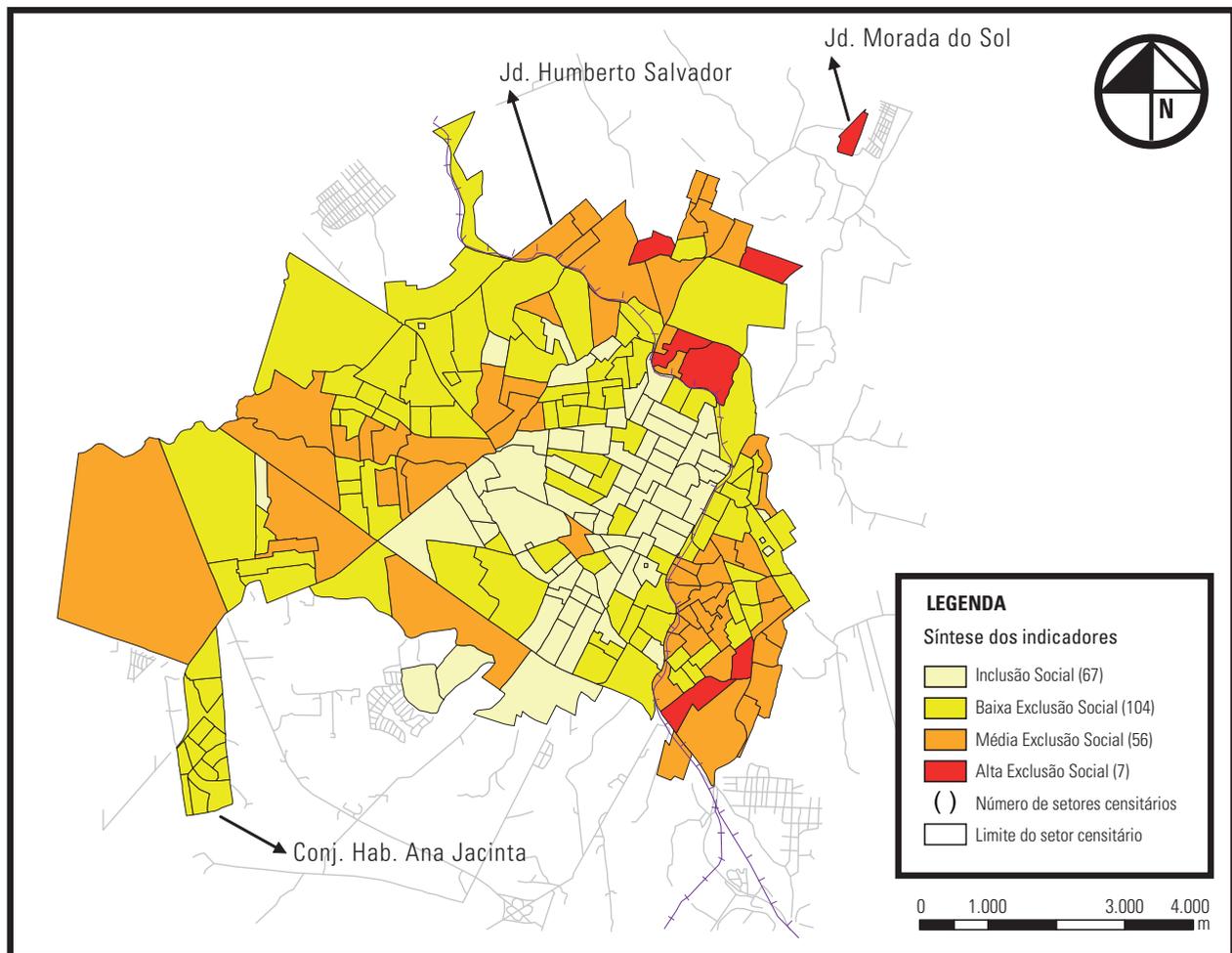


Figura 3. Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de Presidente Prudente 2003. Dados: CEMESPP 2003, adaptações do autor.

Se, por um lado, a história do município de Presidente Prudente está totalmente atrelada à presença de grandes coronéis, grilagem de terras, confundidos com a subordinação camponesa, e num momento seguinte identifica-se um movimento de migração campo-cidade no sentido de Presidente Prudente, por outro a história mais recente mostra que um movimento se constituiu no sentido inverso. Isto é, há um volume significativo de moradores da cidade que já se envolveram (e, em alguma medida, ainda se envolvem) com a luta pela terra no Pontal, que busca de alguma forma o retorno à terra e, ao mesmo tempo, a fuga de precárias condições de trabalho e de vida vivenciadas na cidade.

Ricardo Antunes, ao inserir o MST nesse contexto de ligação entre cidade e campo, ressalta que:

Ainda que o MST encontre sua origem no movimento de trabalhadores rurais, incorpora crescentemente os tra-

balhadores da cidade que buscam retornar para o campo depois de expulsos pela “modernização produtiva” das indústrias. Tal processo resulta em uma inversão do fluxo migratório no Brasil e em uma síntese que aglutina e articula experiências e formas de sociabilidade oriundas do mundo do trabalho rural e urbano. (Antunes 2011, 43)

Ao buscar uma relação entre os bairros de Presidente Prudente com maior vulnerabilidade social e aqueles que apresentam registro de maior número de pessoas envolvidas na luta pela terra, valemo-nos da entrevista realizada com o Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), Sérgio Braz Magaldi.

A respeito dos bairros de Presidente Prudente que apresentam maiores índices de vulnerabilidade socioeconômica e, por conseguinte, alimentar, Magaldi

co de 2000 do IBGE, no qual é possível notar a situação de baixa exclusão social (áreas em amarelo) do Conjunto Habitacional Ana Jacinta, média exclusão social (áreas em laranja) do Jardim Humberto Salvador e alta exclusão social (áreas em vermelho) do Jardim Morada do Sol.

Vale ressaltar que, em Presidente Prudente, aproximadamente 13 mil famílias são cadastradas no CadÚnico, número que se desdobra para cerca de 45 mil pessoas, o que representa por volta de 21,7% da população total do município. Ou seja, 21,7% dos prudentinos recebem até meio salário-mínimo por pessoa ou um agregado de três salários-mínimos por família. No entanto, esses patamares de rendimentos se aplicam apenas para fins de cadastro, já que para estar apto a receber os benefícios dos programas sociais é necessário apresentar um rendimento de um quarto de salário-mínimo per capita, o que, com base nos valores atuais do salário-mínimo brasileiro, giraria em torno de R\$181,00.

A figura 4 apresenta de que forma se dá a dispersão espacial dos recursos destinados ao Bolsa Família (programa de distribuição de renda do Governo Federal) na cidade Presidente Prudente, no ano de 2010. É clara a concentração existente em três áreas principais da cidade, nas quais se destacam os bairros Jardim Cambuci (região sudeste), Jardim Humberto Salvador (região norte) e Jardim Morada do Sol (região Nordeste).

Com relação aos beneficiários do Programa Bolsa Família no município, os números chegam a 5.400 famílias, distribuídas entre as categorias de benefício básico e variável. Para ter acesso à categoria de benefício básico do programa (benefício apenas para a família toda), a família deve possuir rendimento de até R\$70,00 per capita (a camada da população considerada de pobreza absoluta), que estão habilitadas a receberem, assim, mais R\$70,00 mensalmente. Em Presidente Prudente, o total de famílias que estão nessa situação é de 800 a 1.000, o que representa cerca de 3.000 pessoas que vivem em situação de extrema pobreza. Já quanto à categoria de benefício variável do Bolsa Família, trata-se do direito que a família possui de receber R\$32,00 por criança de 0 a 14 anos de idade, até 5 crianças, e R\$38,00 por jovem, até 3 jovens. Para que se tenha uma noção geral, o máximo de benefício que uma família pode receber (para isso é necessário, portanto, se inserir na situação de pobreza extrema) é R\$242,00, o que, aparentemente, parece esdrúxulo, mas que, para uma parcela da população prudentina e para 19 milhões de brasileiros representa a sobrevivência imediata da família.

Concernente às principais políticas de Segurança Alimentar efetivadas pela prefeitura, destaca-se o PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, conhecido como Merenda Escolar (PNAE). Ambos são programas do governo federal, o PAA consiste no aporte de recursos para entidades que possuam um projeto para adquirir alimentos de pequenos produtores da agricultura familiar, prioritariamente do município e da região ao entorno. Para o ano de 2011, Presidente Prudente contou com R\$150.000,00 para efetivação desse programa e possuía três grandes fontes consumidoras de alimentos: a própria rede pública, que visa atender os projetos da prefeitura, como a Casa de Passagem, Projeto Aquarela, Projeto Alerta etc., que demandam alimentação; entidades socioassistenciais, que envolvem abrigos para crianças, abrigos para idosos etc.; e a entrega direta para as famílias, feita por meio dos CRASS, pela sua identificação e pelo CadÚnico. O PAA permite a destinação de verba de até R\$4.500,00 anuais por produtor, o qual deve possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)⁸, que assegure que pelo menos 70% de sua renda total é proveniente da terra, de sua propriedade rural, além de estar organizado em uma associação ou cooperativa. As associações de produtores que participam do PAA em Presidente Prudente são: Associação São José (Banco da Terra); Associação Timburi e Associação Aeroporto.

Como um elemento problematizador e dinamizador da discussão podemos acrescentar a Soberania Alimentar, uma vez que vem se mostrando cada vez mais presente nas pautas políticas dos movimentos sociais de luta pela terra, como é possível verificar em publicação periódica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra:

Precisamos nos desafiar na produção de comida de qualidade com técnicas agroecológicas. Produzirmos nossas próprias sementes, de maneira a consolidarmos nossa soberania alimentar, pois a maioria das sementes é patente das grandes empresas do agronegócio — as sementes que são patrimônio da humanidade, hoje são propriedades privadas. (MST 2011)

Aqui é importante ressaltar a discussão teórico-conceitual, mas também política, entre dois conceitos

8 Segundo a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário: “Criada pela SAF/MDA, a DAP é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, como o Pronaf” (MDA s.d.).

relacionados ao acesso à alimentação pela população: Segurança Alimentar e Soberania Alimentar. Ao vincular-nos aos apontamentos traçados por Souza (2009), assim como Eguren (2008), Mazzei (2007) e Thomaz Junior (2009), entendemos que o pressuposto da Segurança Alimentar, que “[...] se refiere a una estrategia nacional para asegurar a la población, en modo permanente, la alimentación” (Mazzei 2007), não é capaz de assegurar a autonomia e nem mesmo a garantia do acesso à alimentação por parte da população, já que ele (o conceito) abre margem para ser controlado pelas vicissitudes do mercado internacional.

Como bem considera Rosset,

Seguridad alimentaria significa que cada niño, cada mujer y cada hombre deben tener la certeza de contar con el alimento suficiente cada día. Pero el concepto no dice nada con respecto a la procedencia del alimento, o la forma en que se produce. De ese modo, Washington puede argumentar que la importación de alimentos baratos desde los Estados Unidos es una excelente manera que tienen los países pobres de lograr seguridad alimentaria, más que si la producen ellos mismos. Pero la importación masiva de alimentos subsidiados baratos socava a los agricultores locales, obligándolos a abandonar sus tierras. Ellos engrosan las cifras de los hambrientos, ya que su seguridad alimentaria se pone en manos del mercado cuando migran a los barrios urbanos pobres, en donde no pueden hallar un empleo asalariado que les permita vivir bien. Para lograr una seguridad alimentaria genuina, los pueblos de las áreas rurales deben tener acceso a tierra productiva, y a recibir precios justos por sus cosechas que les permita gozar de una vida digna. (Rosset 2003, 1-2)

Ora, se considerarmos que o capital, no seu movimento ininterrupto de efetivação e consolidação do Sistema de Mediação de Segunda Ordem (Antunes [1999] 2009; Mészáros 2007), seja no âmbito das estratégias produtivas de cariz flexível (Alves [2000] 2010; Antunes 2011), seja no plano ideológico, por meio de todo um aparato formador de opinião (instituições de ensino, grandes corporações midiáticas etc.), e que esse modelo de metabolismo social tem por definição a primazia do valor de troca sobre o valor de uso dos bens (aqui se incluem força de trabalho e alimentos, inclusive), como é possível continuar apostando no fortalecimento do conceito de Segurança Alimentar? Como é admissível que os quase 900 milhões de homens e mulheres (para lidar apenas com dados ofi-

ciais) (FAO 2012) que passam fome diariamente fiquem à mercê das sobras do capital financeiro em sua sanha por valorização de tudo e de todos? Como não admitir, desse modo, que a lógica do capital é fundada em sua irreformabilidade sistêmica? (Mészáros 2007).

Daí a busca pelo avanço teórico-político no tocante ao conceito de Soberania Alimentar, ao entendê-la como

[...] el derecho de la gente para definir su propio alimento y agricultura; de proteger y regular la producción agrícola doméstica y el comercio para lograr objetivos de desarrollo sostenible; de determinar la cobertura de su autosuficiencia; de restringir el versamiento de productos en sus mercados; y de proveer a las comunidades locales de pescadores la prioridad en la administración del uso y los derechos a los recursos acuáticos. (Via Campesina 1966, apud Mazzei 2007)

Dessa forma, ao ser analisada a história de territorialização do agrohidronegócio no Brasil e do êxodo rural proporcionado por esse processo, bem como das consequências à Segurança e Soberania Alimentar nos campos e nas cidades, verifica-se que a continuidade dessas trajetórias conflitantes e desses embates se dá no âmbito da luta pela terra, contextualizada crescentemente entre a cidade e o campo, ao romper dissociações entre esses dois espaços aparentemente distintos, mas que na prática demonstram seus nexos territoriais.

Esse intento enquadra-se no projeto de Reforma Agrária Popular encampado pelos movimentos socio-territoriais de luta pela terra, como o MST, no sentido de conceder à terra, de fato, o princípio do cumprimento de sua função social. A esse respeito, é muito elucidativo o depoimento de uma das trabalhadoras entrevistadas na pesquisa, seja com relação à convicção da efetivação da função social da terra, seja à incompreensão para com aqueles que, após o processo de luta e ganho de posse do lote de terra, destinam-se a outras atividades que não a produção de alimentos:

[Tenho um] sonho de ter um pedaço de terra [...] nada na vida eu ganhei, tem que conquistar, batalhar; quem quer tem que lutar [...] dou graças a Deus que a gente não passa necessidade, mas se fosse sair daqui, só pra ir pra terra mesmo [...] a causa é justa, tanta terra pra pouca gente por quê? Vai morrer e enterrar mesmo... É tudo terra do governo, aí eu apoio, só quando é coisa dos outros, conquistada, aí a gente não fica com a consciência limpa, não tem como [...] batalha, sofre tanto tempo no barraco,

pra depois vender o lote, pra que lutar então, não é? (informação verbal)⁹

Em outro depoimento, verifica-se a explicitação das dificuldades vivenciadas na cidade, juntamente com uma resignação diante delas, porém com a perspectiva de retornar à terra para a garantia da autonomia de produção da subsistência. Nesse caso, o casal entrevistado não estava mais acampado por motivo de doença de um dos membros:

[...] se pudesse ia [acampar] de novo, porque na cidade a gente passa necessidade [...] mas não tem do que reclamar do bairro, todo mundo fala mal, mas é uma beleza [...] a gente nasceu na terra, eu mesma sou filha de fazendeiro, então a gente tem uma ligação forte com a terra né, é isso que me fez querer ir pra terra de novo, quer dizer, voltar pra [o lugar de] onde a gente veio, né? (informação verbal)¹⁰

Por conseguinte, trata-se da busca por uma Soberania Alimentar que integre as esferas da produção e reprodução, campo e cidade, que tem como pressupostos o controle das decisões do que produzir, em qual quantidade, por quais meios, com qual qualidade por parte dos próprios trabalhadores e trabalhadoras envolvidos no circuito espacial de produção e consumo, em escala reduzida. Conforme propõem Valério e Thomaz Junior:

Neste exercício teórico de identificação escalar da soberania alimentar, temos, num primeiro momento, aquilo que denominaremos escala primária de constituição, definida a partir do predomínio do movimento centrípeto em relação ao centrífugo numa determinada configuração territorial, expressa por meio da capacidade de articulação e coesão entre, por um lado, produtores familiares ligados à produção alimentar e, por outro, centros de consumo próximos às áreas de produção, na proporção do potencial de transmissão de matéria e energia das redes (materiais e imateriais) existentes [...] o que configura a soberania alimentar como fato geográfico expresso numa complexa trama de relações socioterritoriais, possíveis de serem apreendidas por meio da operacionalização teórico-conceitual das principais categorias de análise da Geografia. (Valério e Thomaz Junior 2010, 13)

9 Entrevista feita com moradora do Jardim Morada do Sol em fevereiro 2012.

10 Entrevista feita com casal do Jardim Humberto Salvador em fevereiro 2012.

Feitas essas considerações, é possível claramente inferir uma vinculação orgânica entre cidade e campo no que tange aos circuitos da alimentação, seja pela via mercadológica, seja pela tentativa de superação dessa lógica a partir da efetivação da Soberania Alimentar. Essa vinculação se materializa, também, do ponto de vista da própria paisagem dos bairros estudados nessa pesquisa.

É importante salientar que a localização dos dois bairros estudados está no limite das áreas urbanizadas com as áreas não urbanizadas do município (Jardim Humberto Salvador) e na faixa periurbana do município, entre a zona rural e o perímetro urbano de Presidente Prudente (Jardim Morada do Sol), o que acaba aproximando a população desses bairros da terra, do ponto de vista da paisagem.

Essa localização dos bairros representa uma confluência dos processos socioterritoriais historicamente vivenciados por sua população (desterritorialização-reterritorialização) com as paisagens construídas e vivenciadas por si, que estão literalmente na franja da cidade, parte da paisagem rural, parte da paisagem urbana. Essa configuração dos bairros, expressa do ponto de vista da paisagem, só pode ter sua explicação no processo sócio-histórico de consolidação desses bairros, que também os puseram na franja da estrutura social da cidade.

Indissociabilidade paisagística, mas principalmente indissociabilidade quanto aos processos sociais que envolvem esses espaços assumidos como distintos (cidade e campo). A partir das entrevistas realizadas com os trabalhadores e trabalhadoras dos bairros em questão, foi interessante perceber como as fragmentações espaciais impostas de forma apriorística entre cidade e campo perdem força quando se trata dos sujeitos entrevistados, envolvidos com a luta pela terra, mas também moradores de bairros urbanos, com mais ou menos necessidades financeiras e alimentares, mas convictos de garantir a Soberania Alimentar à população a partir da Reforma Agrária. Isto é, a (des)realização, ou o elemento a mais que falta na vida dessas pessoas, não diferencia cidade e campo, o que cria entre esses espaços uma via de ligação direta com as pessoas que por eles transitam rotineiramente, semana após semana, e sobrepõem-se, dessa forma, espaços de resistência (cidade/bairros) e de esperança (campo/acampamento).

Alguns dos entrevistados inserem-se no conjunto de trabalhadores e trabalhadoras que passaram pelo processo de êxodo rural, como os que migraram da região nordeste para São Paulo em busca de outras

condições de emprego e de vida, movimento muito frequente no Brasil nas décadas de 1950 a 1970. Como apontam Silva e Menezes (2007), a migração campocidade empreendida por camponeses muitas vezes se constitui como estratégia de sua própria reprodução, mesmo que objetivamente estejam subordinados a condições que lhe escapam ao controle. Assim, camponeses que retornam ao seu local de origem, embora por pouco dias, e que, portanto, fazem parte de uma migração “permanentemente temporária”, muitas vezes não se entendem enquanto migrantes, mas desenvolvem atividades que garantem a permanência de sua cultura. Nas palavras das autoras:

São sujeitos sociais que, apesar das forças desagregadoras, desenraizadoras do latifúndio e do agronegócio, constroem em seu cotidiano e em suas trajetórias de vida múltiplas estratégias de resistência de modo a garantir a sobrevivência e dignidade de suas famílias [...]. (Silva e Menezes 2007, 14)

É fato que as novas lógicas (urbanas) a que se submetem tais sujeitos, muitas vezes por muitos anos, como no caso dos entrevistados no Jardim Morada do Sol e do Jardim Humberto Salvador, deixam marcas concretas inegáveis, inclusive do ponto de vista das relações socioespaciais, devido à maior densidade espacial em bairros urbanos com relação a, por exemplo, um assentamento rural. No entanto, pudemos apreender através das entrevistas que, subjetivamente, é como se essas pessoas jamais se distanciassem de seus espaços de pertencimento, isto é, do contato com a terra, independentemente de suas diferentes intencionalidades.

É o que se pode apreender da entrevista com um dos trabalhadores do acampamento Dorcelina Folador, em Sandovalina:

[...] [na cidade] as pessoas são mais frias, cada um na sua [...] se todo mundo for para a cidade, vai viver de quê? Tem que plantar [...] algo me tocou para vir pra cá, produzir pra me sustentar e sustentar as outras pessoas [futuros assentados e demais pessoas da sociedade] [...]. (informação verbal)¹¹

E ainda, com caráter semelhante, poderíamos nos utilizar das palavras de um dos acampados no acampamento Irmã Goreti, em Marabá Paulista:

[Do meu primeiro contato com o MST herdei] amizade, amor, carinho, respeito e luta; sentia que aquilo era

vida de sentido [...] [minha intenção quando conseguir o lote é] plantar nela e viver dela [...] trabalhar a vida inteira na cidade enriquecendo patrão não pode, mas tive que sustentar os filhos, então... [...] procuro uma causa justa, para viver da terra.

Cabe ressaltar que não se trata apenas de aspectos meramente subjetivos (como se poderia depreender, desavisadamente, dos elementos destacados nas entrevistas), uma vez que essas pessoas, trabalhadores e trabalhadoras, com menor ou maior grau de consciência de classe, de fato ocupam espaços, demarcam territórios, se envolvem na dinâmica contínua e intensa entre cidade e campo, para além das dicotomias, e resignificam as fronteiras estabelecidas *a priori*. Ao mesmo tempo em que vendem alimentos na cidade, fazem-se presentes nos finais de semana nos acampamentos; ao mesmo tempo em que se envolvem nas associações de moradores, estão sempre de prontidão para marchar por justiça social; ao mesmo tempo em que se ocupam na cidade, ocupam terras devolutas do agrohídronegócio no Pontal do Paranapanema. É no dia a dia da luta pela terra entre cidade e campo, de Prudente ao Pontal, que esses trabalhadores e trabalhadoras (re)significam/(re)constroem paisagens, produzem espaço, dão vida ao território, traçam geografias e sonham com uma vida dentro e fora do trabalho dotada de sentido, ontologicamente valiosas.

As entrevistas com os trabalhadores nos acampamentos não nos desviou dessa compreensão. Tanto o acampamento Dorcelina Folador, localizado no município de Sandovalina (figura 5), quanto o acampamento Irmã Goreti, situado em Marabá Paulista (figura 6), abrigam sujeitos sociais com as mais diversas trajetórias laborais e caracteriza, assim, o que Thomaz Junior (2009) conceitua como “plasticidade do trabalho”¹². Tal plasticidade, no que concerne ao trabalho, mostra-se também com relação às trajetórias territoriais, ao serem sujeitos que ao longo da vida já traçaram rotas de movimentação pelo espaço urbano e pelo espaço rural.

11 Entrevista realizada com acampado em junho 2011.

12 Esse conceito faz alusão às múltiplas situações vivenciadas por um mesmo sujeito quando se insere em atividades laborais distintas, ora como trabalhador assalariado, como trabalhador informal, como contratado em regime temporário, desempregado etc., inscritos, portanto, na lógica de incertezas produzidas pela sociedade do capital àqueles que dependem do desenvolvimento do seu trabalho para sobreviver.



Figura 5. Acampamento Dorcelina Folador, no município de Sandovalina.

Fotografia do João Vitor Ramos da Silva, 2011.



Figura 6. Acampamento Irmã Goreti, em Marabá Paulista.

Fotografia do João Vitor Ramos da Silva, 2012.

Ao final das entrevistas com os acampados, nota-se o aprofundamento das interrelações existentes entre trabalho, luta pela terra, Reforma Agrária e Soberania Alimentar; todos esses elementos ganham status de *geográficos*, na medida em que avançam e se realizam sobre o território (Presidente Prudente e Pontal do Paranapanema) e criam/questionam diferentes territorialidades fragmentadas (campo, cidade, produção, reprodução).

É imprescindível destacar que, se buscamos compreender de forma positivista/dualista os aspectos colhidos na realidade pesquisada, pouco conseguimos apreender da riqueza envolta no processo de luta pela terra entre o campo e a cidade no Pontal do Paranapanema. Dessa forma, assumimos a dialética como método, por conseguinte como forma de enxergar a realidade que dê centralidade às contradições; nesse sentido, pretendemos escapar tanto de teorias que se pretendem sagradas e intocáveis quanto da ingenuidade de se li-

mitar aos aspectos aparentes das entrevistas em si, que poderiam suscitar interpretações errôneas restritas à expressão fenomênica do discurso dos trabalhadores, descontextualizado historicamente. Trata-se de compreender a dialética existente entre experiência de classe e consciência de classe dos sujeitos pesquisados, isto é, as Geografias do Trabalho em sua concretização no próprio movimento do real.

No âmbito teórico-conceitual, o território/a territorialidade são categorias de análise importantes para a defesa de um conceito de fronteira inscrito numa compreensão das confluências, mais que das separações.

Adentrar na discussão sobre os conceitos de Território e de Territorialidade é um caminho certamente ruidoso, ao considerar a variedade de concepções existentes, especialmente na Geografia. Porém, é necessário que façamos, mesmo que superficialmente, esse percurso, a fim de contextualizarmos a discussão que pretendemos empreender no âmbito deste trabalho. Haesbaert Costa ([2004] 2010), entre outros tantos autores, pode fornecer algumas reflexões, especialmente no que diz respeito à superação do conceito de território como referência apenas ao concreto, material, como tem sido amplamente hegemônico nas análises geográficas. O autor considera que tanto se fala em desterritorialização, mas muitas vezes de forma esvaziada, sem uma clareza conceitual sobre qual território se está falando. Assim, “[...] se a desterritorialização existe, ela está referida sempre a uma problemática territorial —e, conseqüentemente, a uma determinada concepção de território” (Haesbaert Costa [2004] 2010, 35).

Apesar da polissemia que sempre envolveu esse conceito na Geografia, Haesbaert Costa pondera que é necessário caminhar para uma definição híbrida do conceito de território, no sentido de se superar, ou buscar a superação, das dicotomias científicas que repercutem nas segregações concretas. Nas palavras do autor, “não caberia então à Geografia, por privilegiar o olhar sobre a espacialidade humana, uma visão ‘integradora’ de território capaz de evidenciar a riqueza ou a condensação de dimensões sociais que o espaço manifesta?”. Assim, cabe ressaltar que a relativa “fixidez” do território é extrapolada pelo caráter “difuso” da territorialidade. Obviamente isso não significa que são categorias de análise que se anulam, ao contrário, é na sua complementaridade que ganham força explicativa da realidade. Assim, o território ganha vida na medida em que há territorialidades que nele se manifestam, ao mesmo tempo em que a territorialidade, mesmo que

não restrita a um espaço específico, ganha concretude no território.

Raffestin contribui para a discussão da territorialidade ao incluir também o elemento das relações de poder:

[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele. (Raffestin 1993, 158-159)

Haesbaert Costa (2005) ainda acrescenta a necessidade de romper as abordagens do conceito de território que se limitam ou somente ao seu aspecto simbólico, ou somente às características materiais deste. Esse rompimento seria alcançado tomando como referencial exatamente a territorialidade, ou melhor, a multiterritorialidade:

A territorialidade, no nosso ponto de vista, é “algo abstrato” [...] mas não no sentido radical que a reduz ao caráter de abstração analítica. Ela é uma “abstração” também no sentido ontológico de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado [...]. Ou seja, o poder no seu sentido simbólico também precisa ser devidamente considerado em nossas concepções de território. É justamente por fazer uma separação demasiado rígida entre território como dominação (material) e território como apropriação (simbólica) que muitos ignoram e a complexidade e a riqueza da “multiterritorialidade” em que estamos mergulhados. (Haesbaert Costa 2005, 6783)

Novamente, valendo-nos de um de seus livros de maior envergadura, o autor complementa, ao dizer que:

[...] a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é

exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade”. (Haesbaert [2004] 2010, 344)

De nosso ponto de vista, o balanço positivo dessa discussão teórico-conceitual recai exatamente sobre a adjetivação ontológica dos termos *território* e *territorialidade*, pois representa o grande elo fornecedor de subjetividade à extremidade físico-material do território, por um lado, e concretude histórica à extremidade difusa da territorialidade, por outro. Isso pelo fato de que a centralidade histórico-geográfica de qualquer debate que se faça sobre as duas categorias (território e territorialidade), sobre qualquer expressão da realidade, deve necessariamente estar no ser humano como ser social que produz territórios e territorialidades, concreta e subjetivamente.

Nesse sentido, mais que produtores de territórios, os sujeitos sociais protagonistas desta pesquisa produzem territorialidades, na medida em que em seu cotidiano permutam da cidade para o campo e do campo para a cidade, da periferia pobre aos acampamentos e vice-versa, numa constante transitoriedade, não abstrata, mas concreta. Por essa via, ressignificam os espaços, questionam pela sua própria prática a dicotomia “cidade X campo” e buscam alternativas à realidade vivenciada nas cidades.

Dessa forma, a compreensão da fronteira em nossa pesquisa só pode se dar no sentido das práticas socioespaciais que fazem confluir cidade e campo. Significa dizer que, mais do que identificar as peculiaridades (existentes) de cada espaço geográfico (forma), existe um movimento social que fornece coesão a esses espaços. Segundo Gupta e Ferguson:

A ficção de culturas como fenômenos distintos que se assemelham a objetos que ocupam espaços distintos torna-se implausível para os habitantes das fronteiras. Relacionados a estes estão os que vivem *cruzando fronteiras* –trabalhadores migrantes, nômades. (Gupta e Ferguson 2000, 32)¹³

A consequência dessa postura teórica, na opinião dos autores, é que “A suposição de que os espaços são autônomos permitiu que o poder da topografia ocultas-

13 Grifos dos autores.

se a topografia do poder” (Gupta e Ferguson 2000, 33). O que nos leva a concluir que tomar o espaço meramente como formas espaciais, de forma *desabitada*, sem levar em conta os sujeitos sociais que por ele transitam, criam territorialidades, travam relações de poder, é criar uma concepção estéril da realidade.

Em nosso caso de pesquisa, seria o mesmo que classificar os moradores dos bairros como urbanos (porque situados na mancha urbana, na sede administrativa do município) e os acampados como rurais (porque localizados na paisagem agrária), sem levar em conta o movimento cotidiano de efetivação de suas *territorialidades difusas*, da cidade para o campo e do campo para a cidade. A fronteira, nesse caso, é menos um divisor de águas entre cidade e campo do que a materialização espacial da vida cotidiana dos sujeitos sociais de nossa pesquisa. Contudo, conforme alertam Gupta e Ferguson:

A desterritorialização desestabilizou a fixidez do “nós” e do “outro”. Mas não criou sujeitos que sejam mônadas simplesmente flutuantes, apesar do que é, às vezes, pressuposto por aqueles que se mostram ávidos em celebrar a liberdade e o aspecto lúdico da condição pós-moderna. [...] a indeterminação também tem limites políticos que derivam da negação da própria localização do crítico em campos múltiplos do poder. Em vez de nos determos na noção de desterritorialização, na pulverização do espaço da alta modernidade, precisamos teorizar de que modo o espaço está sendo reterritorializado no mundo contemporâneo. (Gupta e Ferguson 2000, 46-47)

Conclusões

A leitura da sociedade que pretende empreender o capital através da separação entre campo e cidade, mais especificamente entre os trabalhadores desses dois espaços, não distorce a condição de subordinação do trabalho ao capital, que coloca os trabalhadores teoricamente em um mesmo pólo, guardadas as múltiplas expressões materiais e imateriais dessa subordinação, que vão do chão da fábrica ao corte da cana, de um químico industrial a uma costureira, e que permeiam também os camponeses expulsos de suas terras em direção às bordas periféricas dos centros urbanos.

O sistema metabólico do capital, materializado e contextualizado na forma do capitalismo¹⁴, se espacializa

e territorializa para além das fronteiras existentes entre esses dois níveis do espaço geográfico. De sorte que esse movimento de realização totalizante por parte do capital exige como contrapartida, para aqueles e aquelas que pretendem superá-lo, igual totalidade na forma de se compreender as dinâmicas socioespaciais e traçar suas estratégias de ação nesse sentido.

O processo de luta pela terra, seja na forma das ocupações de terra, dos acampamentos, dos conflitos diretos e indiretos, das manifestações, das ocupações de prédios públicos, das marchas etc., traz consigo expressões do trabalho as mais diversas, imbricadas em uma produção do espaço e de territorialidades por parte dos sujeitos sociais em questão, que rompem com a dicotomia entre cidade e campo.

As características dos entrevistados são taxativas nesse sentido: um sitiante que não produz alimentos e sobrevive realizando biscates (fora do mercado formal, portanto fora das estatísticas de emprego); um morador da zona leste de Presidente Prudente (SP) que abandona sua família, mesmo possuindo residência própria e até mesmo segunda residência, para se tornar acampado; um casal residente no bairro mais afastado do núcleo urbano central da cidade (Jardim Morada do Sol), portador de pequeno comércio próprio de vizinhança; uma mulher que, por conta de um enfarto do marido, se viu obrigada a deixar o acampamento e hoje quer voltar. Todos esses sujeitos sociais —muitos migrantes de outros estados e regiões do país—, ao terem conhecido uma gama enorme de inserções laborais (desde empregos formais, passando pela informalidade, até o desemprego), que remete à plasticidade do trabalho já mencionada, possuem um elemento em comum: relações territoriais não soberanas, por assim dizer, ou desrealizadas dentro e fora do trabalho, que as fazem carecer de algo a mais, possivelmente a ser encontrado com a obtenção de um lote de terra.

No que concerne à abordagem geográfica da cidade e do campo, feita de modo estanque, ao divorciar os dois espaços a partir da análise de uma organização do espaço genérica, pensamos que é preciso tomar cuidado com tal generalidade, na medida em que os sujeitos sociais que produzem espaço e criam territorialidades, portanto dão significados geográficos à luta pela terra, por vezes acabam por ser escanteados nas análises, como se fossem objetos exclusivamente da Sociologia, da História, da Filosofia etc.

As abordagens teóricas que divorciam cidade e campo tornam premente a constituição de uma abordagem

14 Para uma melhor compreensão da distinção entre *capital* e *capitalismo*, ver Mészáros 2007.

geográfica que tenha como primazia as confluências entre esses espaços. Não se trata de homogeneizar teoricamente os diferentes espaços geográficos, mas de identificar os conteúdos territoriais e os sujeitos sociais que dão coesão social a tais espaços. Nesse sentido, ler os territórios e as territorialidades da luta pela terra entre o campo e a cidade em Presidente Prudent (SP) e no Pontal do Paranapanema pela via da centralidade do trabalho pode contribuir para esse intento.

Conforme Ruy Moreira,

[...] a cidade e o campo não têm um conceito em si, mas aquele determinado pelo conteúdo que lhes apresenta a natureza da aliança de classes rural-urbana traçada em cada contexto histórico-concreto. Como se fosse uma lei entre nós, as análises do processo brasileiro, entre os geógrafos, mas não só, teimam em fragmentar o eixo cidade-campo, quebrando a unidade orgânica dado pelo seu conteúdo social. (Moreira 1985, 169)

De sorte que o pretensão divórcio entre cidade e campo, inclusive legitimado teoricamente, perde força quando lidamos com os sujeitos sociais abordados nessa pesquisa, uma vez que, em seu próprio movimento

constante de deslocamento dos bairros para os acampamentos, e vice-versa, juntamente com sua identidade territorial esgarçada, ou, dito de outro modo, “nem lá, nem cá”, ressignificam tal separação conceitual e concretamente garantem a indissociabilidade entre cidade e campo no plano da vida cotidiana, do resgate de uma vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho.

Não se trata apenas de captar o processo de luta pela terra à montante e à jusante, antes e depois, nos bairros e nos acampamentos, na cidade e no campo, mas evidenciar os nexos territoriais existentes entre esses dois momentos.

Por fim, as múltiplas determinações que incidem sobre os sujeitos que protagonizam o movimento constante de imbricamento entre cidade e campo, deflagram a indissociabilidade das características ambientais, sociais, territoriais, escalares, econômicas, políticas, subjetivas envolvidas no processo. Não é pela via da unilateralidade de apenas um dos fatores, ou da uniterritorialidade (como aponta Haesbaert Costa) que se consegue apreender esse movimento concreto de luta pela terra em Presidente Prudente e no Pontal do Paranapanema, mas sim nas interdeterminações complexas da realidade.

João Vitor Ramos Silva

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), São Paulo, Brasil. Suas linhas de pesquisa são Geografia do Trabalho e Saúde do Trabalhador. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGET).

Antonio Thomaz Junior

Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), São Paulo, Brasil. Coordenador do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGET-Laboratório). Pesquisador PQ-1D/CNPq.

Para citar este artículo, utilice el título completo así:

Ramos Silva, João Victor e Antonio Thomaz Junior. 2014. “Luta pela terra e as confluências geográficas entre cidade e campo em Presidente Prudente (SP-BR)”. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía* 23 (2): 161-178.



Excepto que se establezca de otra forma, el contenido de este artículo cuenta con una licencia Creative Commons “reconocimiento, no comercial y sin obras derivadas”

Colombia 2.5, que puede consultarse en <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5/co/>

Referências

- Alves, Giovanni. [2000] 2010. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, Ricardo. [1999] 2009. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. 2^{ed}. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, Ricardo. 2011. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo.
- CEMESPP (Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas). 2003. “Atlas Inclusão/Exclusão social: Presidente Prudente. Escala 1:50.000”. CD-ROM. <http://es.scribd.com/doc/90643932/Atlas-Presidente-Prudente-2003> (consultado em fevereiro 2012).
- CPT (Comissão Pastoral da Terra). 2011. “CPT divulga dados parciais dos conflitos no Campo Brasil de janeiro a setembro de 2011”. http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=908:cpt-divulga-dados-parciais-dos-conflitos-no-campo-brasil-de-janeiro-a-setembro-de-2011&catid=12:conflitos&Itemid=94 (consultado em janeiro 2012).
- Eguren, Fernando. 2008. “¿Soberanía alimentaria o seguridad alimentaria?”. *Cosechando Opiniones* <http://www.soberaniaalimentaria.com/textos/EgurenSoberaniaAlimentaria.htm> (consultado em julho 2011).
- Elias, Denise e Renato Pequeno. 2005. “Espaço urbano no Brasil agrícola moderno e desigualdades socioespaciais”. *Terra Livre* XXI 2 (25): 13-33.
- FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação). 2012. “El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo: resumen”. Roma: FAO. <http://www.fao.org/docrep/016/i2845s/i2845s00.pdf> (consultado em outubro 2012).
- Fernandes, Bernardo Mançano e Cristiane Barbosa Ramalho. 2001. “Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP)”. *Estudos Avançados* 15 (43): 239-54. <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a18.pdf> (consultado em agosto 2012).
- Gupta, Akhil e James Ferguson. 2000. “A mais além da ‘cultura’: espaço, identidade e política da diferença”. Em *O espaço da diferença*, organizado por Antônio Augusto Arantes, 30-49. Campinas: Papirus.
- Haesbaert Costa, Rogério. [2004] 2010. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 5^{ed}. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Haesbaert Costa, Rogério. 2005. “Da desterritorialização à multiterritorialidade”. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, 20 a 26 de março, 6774-6792. São Paulo: Universidade de São Paulo. http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf (consultado em maio 2012).
- Ikuta, Fernanda Keiko. 2003. “A questão da moradia para além de quatro paredes: uma reflexão sobre a fragmentação dos momentos sociais da produção e da reprodução em Presidente Prudente/SP”. Tese de mestrado em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, Brasil.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2005. “Base Cartográfica Brasil”. www.ibge.gov.br (consultado em maio 2011).
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2010. “Base Cartográfica Brasil”. www.ibge.gov.br (consultado em fevereiro 2012).
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2011. “Censo demográfico 2010: sinopse do censo e resultados preliminares do universo”. www.ibge.gov.br (consultado em julho 2011).
- Leite, José Ferrari. [1998] 2008. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. São Paulo: Hucitec, Fundação Unesp.
- Mazzei, Umberto. 2007. “Soberanía alimentaria y los acuerdos comerciales”. <http://www.soberaniaalimentaria.com/textos/MazzeiSoberaniaComercioAlimentos07.htm> (consultado em julho 2011).
- MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). s.d. “Declaração de aptidão ao pronaf - DAP”. <http://www.mda.gov.br/portal/saf/institucional/aeclaracaoaptidaopronaf> (consultado em julho 2011).
- MDS (Ministério do Desenvolvimento Social). s.d. “Cadastró único”. <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico> (consultado em julho 2011).
- Mészáros, István. 2002. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Mészáros, István. 2007. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo.
- Moreira, Ruy. 1985. *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil: estudo sobre sociedade e espaço*. Petrópolis: Vozes.
- Moreira, Ruy. 2004. “Marxismo e Geografia: a geograficidade e o diálogo das ontologias”. *GEOgraphia* 6 (11): 21-37.
- MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra). 2011. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: especial agrotóxicos*.
- Raffestin, Claude. 1993. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.
- Rosset, Peter. 2003. “Soberanía alimentaria: reclamo mundial del movimiento campesino”. *América latina en movimiento*. Traduzido por Adriana Latrónico e María

- Elena Martínez. http://alainet.org/active/show_text.php3?key=6013 (consultado em julho 2011).
- Santos, Milton. 1988. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Hucitec.
- Secretaria de Assistência Social de Presidente Prudente. 2010. *A espacialidade dos recursos do Programa Bolsa Família*. Presidente Prudente: Secretaria de Assistência Social de Presidente Prudente.
- Silva, João Vitor Ramos da. 2012. "Territorialidades difusas: as formas de resistência entre cidade e campo no contexto de luta pela terra em Presidente Prudente/SP". *Estudos do Trabalho* 5 (11): 1-16 http://www.estudosdotrabalho.org/RRET11_9.pdf (consultado em setembro 2012).
- Silva, Maria Aparecida de Moraes e Marilda Aparecida Menezes. 2007. "Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões". *Revista Eletrônica do NEAD*. <http://inscal.blogspot.com/2009/06/migracoes-rurais-no-brasil-velhas-e.html> (consultado em setembro 2010).
- Souza, Alessandra Silva de. 2009. "Um debate acerca da soberania alimentar e da agroecologia: um desafio de percepção e de prática; ou, de que lado é o meu quintal?". *Revista Pegada* 10 (1): 113-133.
- Thomaz Junior, Antonio. 2008. "Por uma 'cruzada' contra a fome e o agrohídronegócio: nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado". *Revista Pegada* 9 (1): 8-34.
- Thomaz Junior, Antonio. 2009. "Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI: limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos". Tese de Livre Docência em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, Brasil.
- Valério, Valmir José de Oliveira e Antonio Thomaz Junior. 2010. "Por uma abordagem geográfica da soberania alimentar: a construção crítica de novos referenciais para a questão agrária". *Anais da XI Jornada do Trabalho do Centro de Estudos da Geografia do Trabalho (CEGET)*, 12 a 15 de outubro. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.